



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 127

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Péricles de Mello*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 127

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Requerimentos 03

Projetos de Lei 03

Pequeno Expediente:

Dep. Tadeu Veneri..... 03

Dep. Professor Lemos..... 06

Dep. Luiz Claudio Romanelli 07

Dep. Cleiton Kielse..... 09

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri04

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 11

Discussão/Votação

Redação Final 11

2ª Discussão 11

1ª Discussão 11

Requerimentos 13

Encerramento da Sessão13

Publicações:

Atas de Comissões

Indústria, Comércio e Turismo ..14

Publicações Administrativas:

Balancete Financeiro

Setembro 14

DIÁRIO Nº 127

121ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 121ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Jonas Guimarães e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezessete horas e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir

Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mario Roque, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Francisco Bühner, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Pedro Ivo (07).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio e Péricles de Mello (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5174

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o uso do plenarinho no dia 28 de outubro a partir das 10h, para a realização de uma Audiência Pública, a fim de debater o Projeto de lei Complementar nº 212/08, que trata da reorganização da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 21/10/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 5175

Senhor Presidente.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de votos de louvor pela passagem do 23º aniversário de emancipação política do Município de Campo Bonito a realizar-se no próximo dia 31/10 do corrente.

Criado através da Lei Estadual nº 8403, de 31/10/86 o Município de Campo Bonito, localizado no Oeste paranaense é essencialmente agrícola, tendo maior parte da sua população localizada no campo. Ela é conhecida também por belas cachoeiras e lugares com muita área verde; a população é formada por imigrantes italianos, alemães, ucranianos, poloneses e outros, os quais fazem daquela localidade um lugar próspero.

Com a mesma determinação e entusiasmo que os pioneiros do início do século XX adentraram a estrada do Barbaquá e chegaram a uma belíssima várzea de gramado nativo, coberta de pinheiros, denominando-a de Campo Bonito, os cerca de 5 mil habitantes de hoje se orgulham de comemorar mais um aniversário desta Cidade que contribui para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Do Poder Legislativo paranaense, o reconhecimento e votos de louvor pelo 23º aniversário de emancipação política de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 21/10/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 579/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser promovido, anualmente, no dia 17 de maio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21/10/09.

(aa) ROSANE FERREIRA
PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo instituir o Dia Estadual de Combate a Homofobia no Estado do Paraná, a ser comemorado no dia 17 de maio de cada ano. A iniciativa visa a promoção e discussão sobre o direito à livre orientação sexual.

Segundo dados fornecidos pela ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis E Transexuais), o Brasil foi classificado em 2008 como o País mais homofóbico do mundo, tendo 190 homicídios de homossexuais naquele ano, seguido do México com 35 e Estados Unidos com 25 homicídios. Tal número vem crescendo a cada ano.

A falta do debate e conscientização sobre o direito de orientação sexual, agrava ainda mais a discriminação.

No dia 17/10/90, a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do rol de enfermidades deixando de ser considerada como doença. Tal fato foi considerado um importante avanço na busca pela igualdade de direitos e pela não discriminação quanto a orientação sexual de cada ser humano.

Neste sentido, solenizar a data de 17 de maio, a ser incluída na agenda anual de celebrações, proporcionaria a discussão e a reflexão sobre o direito de orientação sexual, visando promover a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Estado do Paraná.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O primeiro orador inscrito é o Deputado Tadeu Veneri, a quem concedemos a palavra.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, gostaria de fazer um registro, porque o Sindicato dos Jornalistas iniciou a campanha salarial, e para surpresa do representante dos jornalistas aqui do

Estado do Paraná, inclusive tenho uma manifestação feita pelo sindicato, que aliás amanhã irá fazer uma manifestação em frente ao TRT, às 15h, depois de um mês de conversas a resposta feita às reivindicações da campanha salarial, esta pelo menos é a pauta entregue pelos jornalistas, a documentação vai ser entregue amanhã, diz o que segue.

Qual foi a proposta feita? Primeiro, congelar o piso dos jornalistas e criar um piso diferenciado. Segundo, aumentar a jornada de trabalho, acabar com a hora extra de 100%, acabar com o anuênio, que é um dos poucos aumentos que todos os trabalhadores têm, sem que necessariamente precisem estar vinculados ao percentual de inflação. E acabar com a cláusula da convenção, contrato dos jornalistas, que prevê a contratação exclusiva de formandos.

Há algum tempo já havíamos, diversos Deputados, alertado que o fim da exigência de diploma para jornalista poderia trazer, não necessariamente traria, mas poderia trazer uma situação caótica dentro das redações, dentro dos espaços onde esses profissionais atuam. Não durou seis meses. Menos de seis meses depois a proposta feita para que iniciem este debate é totalmente rebaixada, no sentido de diminuir todas as conquistas obtidas ao longo dos últimos anos, e a possibilidade de ampliar essas conquistas para os próximos anos.

Esta semana, hoje, recebemos alguns representantes do Sindicato dos Jornalistas e eles estão fazendo, nesta quinta-feira, essa manifestação de que falei, porque têm uma mesa redonda com os patrões, e é óbvio que sabemos que hoje a situação dos jornalistas não está fácil, até porque estão votando na CCJ do Congresso Nacional, na Câmara Federal, a admissibilidade de uma PEC que prevê o retorno da obrigatoriedade do diploma para os jornalistas. É claro que para alguns isso é totalmente desnecessário, mas a prova de que a desregulamentação já está trazendo problemas está aqui, porque na primeira negociação feita após a desregulamentação o que se propõe é diminuir todas as conquistas obtidas ao longo desses anos. É claro que para alguns talvez isso tenha uma importância menor, mas nós entendemos que o nosso direito à informação de qualidade passa por termos profissionais não só bem remunerados, mas profissionais que tenham garantia no seu local de trabalho, garantia na sua condição de trabalho, garantia de que não serão explorados na sua jornada de trabalho, e isso só será feito na medida em que tivermos resolvida essa situação.

Espero, assim como tivemos diversos movimentos - inclusive agora às 17h30 haverá uma assembleia da Caixa Econômica Federal e espero que possamos ter resolvido o problema da Caixa, que já há muito tempo, essa greve de mais de 25 dias cria problemas para os trabalhadores e para a população, e a intransigência da direção da Caixa faz com que seja o único estabelecimento bancário, hoje, que continua mantendo a paralisação dos bancários - que não iniciemos um período de extrema dificuldade para os jornalistas.

Então, espero que haja sensibilidade da direção, do sindicato patronal, e que por esse bom senso possamos chegar a um termo que minimamente contemple as reivindicações dos jornalistas. O que não podemos é ter uma proposta como essa! Aumentar a jornada de trabalho quando estamos discutindo a redução de 44 para 40 horas! Reduzir de 100% para menos a hora extra, quando queremos que a hora extra seja de 100% para que não haja extra nos locais de trabalho! Reduzir o processo que diz que você tem que ter um piso, quer dizer, congelar o piso para criar um piso diferenciado, isso é rebaixar o piso dos jornalistas!

Então os jornalistas, que estão todos os dias aqui, que acompanham todas as Sessões, que sabem muito bem o que significa trabalhar horas e horas para obter uma boa matéria, não podem ser penalizados neste momento.

Então, faço um apelo que tenhamos uma boa solução para todos nesse caso e que, na quinta-feira, estarei presente, junto com demais representantes, acompanhando esse debate sobre as negociações entre os jornalistas, seu sindicato e o Sindicato Patronal.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Tadeu Veneri, parabéns pelo seu pronunciamento!

Só para dizer que aqui na Assembleia nós também temos um projeto, que está tramitando nas comissões, e acredito que será apreciado em breve na CCJ, projeto que também prevê garantias àquelas pessoas que se dedicaram e passaram a sua vida estudando, dedicaram quatro ou cinco anos nos bancos universitários para que pudessem se formar e ter o seu diploma e infelizmente, depois de uma decisão como essa, acabam sendo prejudicados. Essas pessoas precisam ter certas garantias, e temos que oferecer, através de uma legislação adequada. E nós oferecemos um projeto que para os órgãos públicos do Estado do Paraná seja exigido o diploma dos jornalistas. Dessa forma estaremos valorizando aquelas pessoas que passaram pela universidade, passaram pelos bancos escolares e se dedicaram.

Então, só gostaria de deixar registrado que o senhor está usando a tribuna de maneira muito eficiente, passando a informação com propriedade e também comungo da mesma opinião de V. Exa.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Concedo um aparte ao Deputado Professor Lemos.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Só para cumprimentá-lo, mais uma vez, Deputado que faz a defesa intransigente da classe trabalhadora, e

desde o início você já vem atuando na defesa da regulamentação da profissão dos jornalistas, foi contra aquela decisão, assim como nós também fomos contra a decisão da nossa corte maior, que é o STF.

Nos somamos ao seu posicionamento e à luta que você trava na defesa de que essa PEC seja votada com urgência lá em Brasília, porque é importante para o jornalista, mas é mais importante para a sociedade, que tem direito de ter a profissão do jornalista regulamentada, e tem direito de ter jornalista atuando, inclusive com formação adequada.

Como você já citou, já estamos sentindo os reflexos do prejuízo dessa decisão equivocada do STF. Por isso, quero louvar mais uma vez o seu pronunciamento e me colocar à disposição para fazer a defesa, com V. Exa., desse tema, que é muito importante para o povo brasileiro.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Professor Lemos. Eu sei que a nossa bancada toda tem essa compreensão, assim como os demais Deputados desta Casa se manifestaram, praticamente por unanimidade, quando o STF entendeu que não é necessária a regulamentação. Não estamos aqui, absolutamente, para questionar as decisões que são tomadas nem pelo STF, e nem tampouco por esse ou por aquele sindicato em negociações, mas o que entendemos é que o direito de receber informação passa, como o Deputado Lemos aqui bem lembrou, pelo direito dos profissionais de terem condições de trabalho.

Vamos imaginar agora que um jornalista receba, Deputada Cida Borghetti, 25% da sua hora-extra. Ora, é óbvio que vamos ter jornalista fazendo 12, 13, 14 horas, que não tenha piso salarial, que tenha uma convenção coletiva que desobrigue a contratação de profissionais. Teremos definitivamente uma situação muito complicada, não só no Estado do Paraná, mas no Brasil todo. E acho que estamos iniciando um processo que certamente desembocará numa revisão dessa decisão com uma PEC aprovada no Congresso Nacional e que definitivamente restabeleça a obrigatoriedade do diploma, o piso nacional, e condições de trabalho que já foram conquistadas em décadas de lutas por todos os companheiros que atuam em meios de informações, jornais, rádios, TVs, enfim, em todo esse meio que nos fornece diariamente informações.

Mas. Sr. Presidente, quero só usar esses cinco minutos aqui do horário do partido. Deputado Elio Rusch, ouvi V. Exa., diversos Deputados de todos os Partidos aqui, inclusive partidos da base aliada do Governo, falando da situação que tem sido debatida nesses últimos anos sobre a situação da Segurança no Estado do Paraná, no Brasil, que acho que é um debate que está em todas as Assembleias do Brasil. Eu queria fazer uma abordagem. Nós fizemos, há dois meses, aqui nas dependências do Ministério Público, uma conferência sobre a necessidade da Defensoria Pública no Estado do Paraná. Tivemos a

presença de defensores públicos do Rio Grande do Sul, do Pará, de São Paulo, do Rio de Janeiro, vamos ter agora o 7º Congresso Nacional da Defensoria Pública no Rio Grande do Sul, dos dias 3 a 6 de novembro. E o Paraná, que é um dos poucos Estados que não tem Defensoria Pública, são apenas dois, Santa Catarina e Paraná, perdeu este ano, e essa foi uma decisão tomada, infelizmente porque não temos Defensoria Pública; o Paraná, saiu inclusive uma matéria no dia 14, quarta-feira, o Paraná ficou fora da mobilização nacional que é feita por uma rede, Rede Nacional de Defesa do Adolescente em Conflito com a Lei, que está junto com a ONU e com diversos organismos internacionais e nacionais, fazendo um grande debate à forma como muitos dos nossos adolescentes estão encarcerados hoje. E muito deles estão encarcerados e são atendidos pela Defensoria Pública. Esse debate é levado pelas Defensorias Públicas, e como o Paraná não tem a Defensoria Pública, apenas dois Estados ficaram fora desse debate: Paraná e Santa Catarina.

Ora, no Paraná temos 43, eu diria até que abnegados defensores, porque estão na estrutura da Defensoria Pública, mas não podem demandar contra o Estado por serem funcionários públicos, funcionários que estão vinculados à Secretária da Justiça. Eles não podem fazer nenhum tipo de ação que demande algum tipo de trabalho no interior do Estado, porque estão todos localizados aqui em Curitiba.

Deputado Teruo Kato, se lá na região de Paranavaí for necessária a ação da Defensoria Pública, não é possível, porque estão aqui em Curitiba. Não é possível na região de Campo Mourão, não é possível em Toledo, Deputado Elton Welter. V. Exa. sabe que há muitas pessoas que estão, hoje precisando de um advogado e não podem pagar. E por não termos a Defensoria Pública até hoje é que a situação fica extremamente precária. O Presidente Lula, num ato que atende a uma reivindicação histórica dos Defensores, uma reivindicação de mais de 15 anos, assinou a Lei Orgânica da Defensoria Pública no Brasil.

O que precisamos, e há um projeto aqui, mas que a meu ver ainda é incompleto, falei isto ao Deputado Caíto, assinei junto com ele. A meu ver, o que temos que fazer é um grande movimento no Estado do Paraná para que este ou o próximo Governador implante.

Sempre falo, Deputado Douglas Fabrício, para nós tanto faz se o gato é branco, ou é amarelo, ou é preto; importa que pegue o rabo, como diz um ditado chinês. Para nós tanto faz se o Governador vai ser “a”, “b” ou “c”, se vai ser do partido “a”, “b” ou “c”. O que interessa é que este futuro Governador, que os candidatos se comprometam com a instalação da Defensoria Pública no Paraná. Não é possível, mais termos só na Defensoria, aqui, 250 mil processos, que não têm andamento porque não tem quem dê seguimento.

A Universidade UNICURITIBA, que alguns dos senhores conhecem, tem no seu escritório 15 mil processos para serem atendidos por jovens estagiários.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite uma aparte, Deputado?

(Assentimento)

V. Exa. saberia me dizer, independente, como V. Exa. falou, quem vai ser o próximo Governador? Por que o atual Governo não implantou essa Defensoria Pública aqui no Paraná? Por que será? Já não está há oito anos no Governo e, até agora, não implantou? Essa medida, com certeza, iria beneficiar principalmente o povo mais humilde. Não é verdade?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não tenho dúvida, Deputado Douglas Fabrício. Acho que essa é uma discussão que tentamos fazer já. Estamos há muito tempo buscando. Eu venho dizendo, há muito tempo, este não é um projeto deste ou daquele Governo. Esperamos que o próximo Governador implante, seja quem for o próximo Governador, mas que assuma o compromisso com a sociedade.

Concluindo o que havia dito antes de lhe conceder o aparte, não é possível que uma única universidade tenha 15 mil processos no seu escritório modelo! Quando uma pessoa precisa de um advogado e tem condições de pagar, ela vai lá e paga, Deputado Romanelli. Não tem nenhum advogado que precisaria atender a Deputados, se houvesse Defensoria Pública. Nenhum defensor público precisaria atender Deputado. Agora, com certeza, um defensor público precisaria atender pessoas que moram como, por exemplo, nessas áreas extremamente precárias de Curitiba, de Londrina, de Maringá, de todo nosso Estado. Pessoa que, muitas vezes, têm problemas para fazer uma simples separação; um simples problema de partilha de bens; um problema de reconhecimento de paternidade; problemas que para nós são extremamente corriqueiros para serem resolvidos. Para qualquer pessoa que ganha um determinado valor, R\$ 2 mil, por exemplo, é extremamente fácil, porque é um processo relativamente simples. Para pessoas que estão na dependência de um defensor público e que não têm, passa a ser um tormento na sua vida.

Deputado Durval Amaral, V. Exa. que é um especialista na área de Direito, sabe que sem a Defensoria Pública não há como se falar em cidadania, em nenhum Estado. Espero que possamos, num brevíssimo espaço de tempo, ter a Defensoria Pública como uma das reivindicações. Aliás, colocada inclusive por todos os defensores que participaram do Seminário.

Estávamos aqui na eminência de ter o Ministro Tarso Genro, no dia 05 de novembro. Infelizmente não será possível, mas colocado já de antemão no Congresso dos Defensores Públicos, em Porto Alegre, que o Paraná e Santa Catarina são os dois Estados prioritários na luta pela Defensoria Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas; imprensa que nos acompanha, nossos visitantes, telespectador que nos acompanha pela televisão.

Volto a esta tribuna no dia de hoje, para reafirmar a preocupação que apresentei, ontem, aqui nesta tribuna, com relação à proposta orçamentária encaminhada à Assembleia Legislativa pelo Poder Executivo para o ano de 2010. Essa proposta traz 30% para o ensino, ou seja, 4 bilhões 67 milhões 855 mil. Entretanto, destina 22,95% para a educação básica, que é 3,11 bilhões. Um valor inferior de 278 milhões, que deveria já vir consignado na peça orçamentária para a educação básica.

O que é educação básica? É educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, todas as modalidades são da educação básica. Portanto, educação básica responde, só na rede estadual do Paraná, por mais de 1 milhão e 400 mil estudantes. Então, o que me trouxe aqui, ontem, não tem nenhuma incoerência. Sempre lutamos para que a educação básica recebesse, no mínimo, 25%. Foi por isso que, no dia 8 de outubro de 2002, quando o Governador Roberto Requião disputava o segundo turno, sentou conosco, assumiu um compromisso com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação, na época eu era o presidente do sindicato, de não aplicar nunca menos do que 25% na educação básica. Isso está escrito numa carta-compromisso que foi encaminhada para todos os professores da rede estadual. Foi encaminhada pelo correio e foi amplamente divulgada.

Quando foi na eleição de 2006, no segundo turno, cobramos aqui que deveria cumprir um compromisso de 2002. Aí veio para a Assembleia o debate e foi aprovada aqui a Emenda nº 021, no dia 20 de outubro de 2006, poucos dias antes do segundo turno em 2006. Em novembro de 2006, então foi votada em 2ª discussão a PEC que originou a Emenda nº 021, e tivemos que correr atrás para, só no dia 07 de agosto de 2007, ser publicado no Diário Oficial. De lá para cá, o Estado tem a obrigação de aplicar, no mínimo, 30% dos impostos em Educação, sem deixar de aplicar os 25% na educação básica. Por isso, volto à tribuna, para dizer que a educação básica não pode receber menos do que os 25% para o orçamento de 2010.

Estamos precisando, por exemplo, terminar escola, como a Beatriz Faria Ansay, aqui no Tatuquara, como escreve muito bem o professor Clautemir, dizendo: “Quando vai acabar essa escola?” Há mais de oito, 10 anos para construir. Quero voltar a falar daquele exemplo que citei aqui ontem, lá do Município de Ortigueira. A escola está funcionando precariamente. Houve um incêndio naquela escola. O laboratório foi queimado com todos os equipamentos, a biblioteca foi queimada inteira. A reforma está parada há muito tempo, há mais de 10 anos, já no Governo Jaime Lerner. Aquela escola funciona com seis salas alugadas de uma galeria, e

aquelas salas são pequenas, não cabem os estudantes, 12, quase 15 anos funcionando daquele jeito. Não pode continuar. Sabem como se chama aquela parte da escola? Carandiru. Lá na Cidade, aquela parte é conhecida como Carandiru, porque há um buraco no muro para atravessar para o outro lado e entrar na galeria. Onde deveríamos ter salas de aula, temos salas inadequadas para aprendizagem.

É preciso dizer que aqui na Região Metropolitana, como Piraquara, voltou a funcionar o turno intermediário. Tem que ter quatro turnos agora. Isso é errado. Precisamos por mais dinheiro na educação básica. É preciso pôr os 54% dos estudantes que deveriam estar no ensino médio, e que estão fora, porque o Paraná está atendendo apenas 46% da faixa etária, estamos deixando de fora 54% da demanda para ensino médio. Por isso, a educação básica não pode ter menor recurso.

Acredito que o Governador Requião não tomou conhecimento dessa diferença, porque se ele tomar vai solicitar a correção. Estamos apelando ao Secretário da Fazenda e aos demais. Secretários envolvidos para que corrijam; do contrário, nós aqui temos a obrigação de corrigir essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia a presença do Prefeito de Altamira, Prefeito Paulinho, mais o Zé da COPEL. Sejam bem-vindos a esta Casa, companheiros do Deputado Reni Pereira.

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu deveria concordar aqui com o Lemos, mas quero dizer o seguinte: não consigo entender algumas coisas da Política. Deputado Tadeu Veneri, o senhor, com a sua experiência parlamentar, poderia explicar para mim: quem é titular da Secretaria do Planejamento e que elabora a peça orçamentária? Quem veio para a Assembleia Legislativa? Quem é o Secretário do Planejamento do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus? Enio Verri, Deputado Estadual que integra o Partido dos Trabalhadores, foi ele que formalmente elaborou a peça orçamentária que veio para esta Casa. E é por conta dele estar licenciado para exercer o cargo de Secretário do Planejamento que o Lemos é Deputado Estadual. Ele poderia, de forma leal ao companheiro que exercer uma função tão elevada no Estado, atravessar, aqui, a poucos metros do Palácio das Araucárias, e visitar o seu colega de bancada, aquele que é o responsável por eles estar aqui exercendo a função, um cargo tão elevado de Deputado Estadual, e perguntar a ele, pedir a ele que ele pudesse explicar. Não. Ele vem à tribuna desta Assembleia Legislativa para falar mal do seu companheiro de partido, porque ele não faz aquilo que, na verdade, estou fazendo, dando os nomes.

Ora, sejamos francos Deputado Caíto, V. Exa. foi Chefe da Casa Civil deste Governo, conhece o Governo, quem é o responsável, tanto que o Governador assina, o Vice-Governador veio com o Secretário do Planejamento, todo mundo sabe, qualquer pessoa neste Estado que tenha um mínimo de conhecimento da Administração Pública sabe que o responsável pelo orçamento é o Secretário de Planejamento. O Deputado incoerente vem aqui e fala justamente de quem? Daquele que se licenciou para que ele pudesse assumir o mandato aqui, e sabemos, até por um acordo político, quando o Professor Luizão nos deixou e foi ser Prefeito de Pinhais.

Essas incoerências eu não consigo entender. Não consigo compreender como alguém como ele foi ao jornal, que está ali na minha bancada e manipula dados reais. Quem conhece a Educação neste Estado e frequenta as escolas, os colégios do Paraná, o nosso Governo Requião pode andar de cabeça erguida pelas escolas. Fizemos um grande resgate de uma dívida que tínhamos e grandes investimentos estão sendo feitos na área da Educação, especialmente na valorização dos profissionais na área de Educação.

O Lemos, ao invés de vir à tribuna e reconhecer o quanto avançamos, não, ele vai ao jornal falar mal do Governo e pega um dado de 0,001%, que é o professor que não tem o curso superior, dá como exemplo, como se isso fosse a categoria na vida real. Quem é professor sabe quanto ganha, na vida real, no contra cheque, que é muito diferente do que ele afirma.

A questão da lealdade, penso que é fundamental na vida das pessoas. Posso divergir ou discordar aqui dentro e todos sabem disso. A única coisa que não consigo é entender essa deslealdade. Inclusive aqui nesse caso específico, na relação dele com o titular do Planejamento, que é o Secretário Enio Verri, que teria ter o mínimo de lealdade de bancada e atravessar, conversar com o Lemos, e não vir à tribuna da Assembleia Legislativa.

Haverá de ter uma explicação muito clara e objetiva. Haveremos de ter uma explicação do Secretário Enio Verri. O fato concreto é que não é possível esse tipo de conduta. Lamento profundamente isso e não consigo entender. Se alguém puder me explicar, eu ficaria muito feliz ao ver alguém subir à tribuna e, tão valente, aqui ficar atacando uma colega seu de partido. Ele poderia explicar para nós, porque ele tem esse tipo de comportamento e de conduta.

É única e exclusivamente para jogar para a plateia. Não é para fazer política pública, com seriedade.

Vem aqui dizer que 54% estão fora das escolas. Não vamos ser hipócritas. O Congresso Nacional está votando uma PEC tornando obrigatório ensino básico, que é o ensino fundamental mais ensino médio. Hoje, ensino obrigatório é o ensino fundamental. Alguém conhece alguém no Estado do Paraná que esteja habilitado para poder frequentar qualquer das séries do ensino fundamental ou do ensino médio, que esteja fora de uma sala de aula, porque não há vaga? Eu queria que alguém

me escrevesse, como fazem com o Deputado Belinati, por e-mail, e dissesse que está fora da sala de aula porque não tem vaga para fazer o ensino médio. Ora, não é possível querer manipular e mentir para as pessoas, com um comportamento irresponsável. Se houver uma única pessoa, indiquem quem é ela. O nosso Governo faz uma campanha de alfabetização procurando resolver esse grande problema. Visitamos as casas das pessoas e trabalhamos duro para mudar completamente a realidade. Vem aqui um Deputado, suplente do Deputado Enio Verri, querer manipular os dados da opinião pública! É uma falta de responsabilidade, que perco um pouco o meu eixo!

Vim falar aqui uma coisa tão boa, da mensagem que o Governador Requião mandou.

Antes, quero conceder uma aparte ao Deputado Caíto e logo após ao Deputado Lemos, para que ele possa se explicar aqui.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, acho que V. Exa., embora mais contundente do que o normal, faz uma defesa necessária da questão Educação no Estado do Paraná e não sobre a Educação por si só, porque sou representante de Municípios pequenos do interior do Paraná e vejo nos professores o agradecimento às ações do Governo em favor da Educação. Vejo, não é um, não são dois, não é amigo, não é companheiro, eu vejo na manifestação dos professores o reconhecimento ao que o Governo Requião fez pelo ensino, pelos professores do Estado do Paraná. Esta é a regra.

O que é ruim, mas V. Exa. colocou com propriedade, é que nós, nesta Casa, e principalmente quem conhece o setor de Educação, quando estive na Casa Civil, Deputado Romanelli, recebi o então Presidente da APP, Professor Lemos, muitas vezes. E naquela época eu recordo que já contestava, para vir falar numa audiência com o Governo não precisa mobilizar os professores do interior para ficarem lá embaixo do prédio, única e exclusivamente para se firmar perante a categoria, porque a audiência está marcada, foi recebida, sempre trouxe o Secretário do Planejamento, como V. Exa. colocou, que é quem define o orçamento do Estado, é quem sabe quanto o Estado pode aplicar inclusive em pessoal. Sempre foi trazido o Secretário da Administração, o DIEESE se fez presente.

Então, acho o seguinte: não dá para jogar assim para a plateia, não, e nem tampouco a totalidade dos professores querem isto. Estabelecer o confronto na discussão com o Executivo nunca será o melhor caminho. O caminho será exatamente como V. Exa. diz: atravessa a rua e vai procurar resolver o problema no local que ele tem que ser resolvido. Não na acusação gratuita, que eu desci do gabinete, Deputado Romanelli, antes de V. Exa. ir para a tribuna, exatamente por força desse pronunciamento que eu julguei absolutamente fora de propósito e

desnecessário e que em nada contribui, inclusive, com a categoria que, lamento o Professor Lemos tenta representar, mas com essas atitudes se afasta cada vez mais dos outros 53 Deputados que trabalham também, e muito, pela Educação do Paraná.

Era isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Obrigado, Deputado Caíto.

O Sr. Professor Lemos (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, primeiro, não sou suplente do Deputado Enio, sou suplente do PT. Eu não indiquei o Deputado Enio para ser Secretário de Estado. Não pedi para ninguém colocá-lo lá para que eu viesse aqui. Eu vim para a Assembleia com o voto popular. Enquanto eu estiver aqui vou elogiar aquilo que é bom que o Governo faz, e faz muitas coisas boas, mas vou criticar, sim, o comportamento, por exemplo, da Secretaria da Fazenda, que sabe que tem dinheiro da Educação, o dinheiro está no banco, não libera o recurso para que a Secretaria da Educação faça, por exemplo, as promoções e progressões de carreira dos professores...

(Discussões paralelas)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não é possível, qualquer pessoa sabe muito bem que o Governo pagou no dia 15 último as promoções...

O Sr. Professor Lemos (PT)

O atrasado está sem pagar. Só pagou...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

...pagou as promoções de setembro para os professores em folha suplementar...

(Discussões paralelas)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

...não é possível a desfaçatez, não é possível isso, porque veja, a manipulação, ele tem que explicar mesmo, ele tem que explicar o seguinte, a deslealdade com o Secretário do Planejamento. E eu vou dizer, Deputado Caíto, é que o Requião tem um estilo de fazer política diferente do nosso. Parece que o Requião é um homem radical, mas não, é um tolerante. Nós dois não temos essa tolerância que ele tem, porque eu não consigo ver, sinceramente, a desfaçatez das pessoas de mentir para a opinião pública. Eu não consigo fazer isto. Sinceramente, penso que é um desserviço...

O Sr. Stephanes Junior (PMDB)

Deputado Romanelli, concordo com você com relação ao PT, mas não acho do Requião.

Parabéns, seu pronunciamento está muito bom.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só penso o seguinte: não é possível que para se jogar para a plateia, aqui tem Situação e Oposição, sabemos que todos os Governos têm coisas positivas, coisas negativas, não é possível essa deslealdade, não é possível alguém vir aqui dizer que tem aluno fora de sala de aula no ensino médio do Paraná porque não tem vaga, como V. Exa. fez, fez porque está aqui nas notas taquigráficas e eu escuto muito bem, e é uma profunda deslealdade, V. Exa. não age com lealdade!

Isso não tem cabimento, e espero que o Secretário Enio Verri possa responder de forma objetiva. Não vou acreditar, porque tenho escutado aqui esse amontoado de questões que são postas aqui pelo Deputado, ele trabalha sempre naquela linha tênue, meia verdade, meia mentira, desse jeito, e tenho ouvido de forma tolerante, mas não vou deixar mais assim, vou responder tudo aqui, porque não é possível aguentar esses desaforos para um Governo que tem compromisso com a Educação. Não é possível este tipo de comportamento!

Eu, felizmente, tive do meu pai e da minha mãe educação suficiente para poder manifestar o meu ponto de vista de forma objetiva, mas ao mesmo tempo corre nas minhas veias um sangue de descendente de italianos e não conseguimos aguentar essas coisas, esses desaforos que nos são ditos e que ofendem a nossa inteligência. Quero dizer, Presidente, que não é possível isso!

Eu vim aqui hoje para anunciar a mensagem do Governador Requião, que concede, de forma definitiva, um grande benefício no processo de industrialização do Estado do Paraná, beneficiando os Municípios que receberam financiamentos do BANESTADO e do FDE, Curitiba, Maringá, Londrina, inclui inclusive a CODEL também, mas segunda-feira eu falo sobre isso. A mensagem que esta Casa vai ter que votar é uma mensagem muito importante, mas não é possível que fiquemos ouvindo discursos iguais ao que ontem eu já tinha ouvido e hoje repetir aqui a dose. É demais para o meu sangue italiano!

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de solicitar Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Com a palavra o Deputado Kielse.

Deputado Cleiton Kielse (PMDB)

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna trazendo três assuntos que são não só importantes aos Prefeitos e as Prefeitas citando também aqui a presença da nossa Prefeita Eloísa, professora também do Município de Nova Tebas, que muito

bem coordena aquele Município e que infelizmente assumiu uma Cidade destruída, mas que em curto espaço de tempo está revitalizando, dando energia e credibilidade àquele Município. Parabéns, Prefeita.

Queria também anunciar a presença da nossa vice-coordenadora da 1ª Região do MTV, a nossa amiga Elenita Keifer, que muito bem tem coordenado, ao lado do Amarildo, companheiro de grandes lutas aqui em favor da tradição, da cultura e da luta que temos, hoje já com a aprovação desta Casa, transformando uma entidade cultural de utilidade pública e que faz a movimentação, só em Curitiba e Região Metropolitana, de mais de 20 mil pessoas, direta e indiretamente. Por isso, quero agradecer a presença dos dois aqui no plenário e que logo em seguida vamos ter uma Audiência.

Deputado Romanelli, queria dizer e só ser refratário das suas palavras: desinformado não deve vir a tribuna. Desinformado tem que falar em outro local, porque não busca as informações corretas e vem falar coisas que não sabe aqui.

Colégio Altair Mongruel, eu sou Deputado de Ortigueira, o mais votado há 15 anos. Quinze anos! E naquele colégio, há cerca de 60 dias houve um incêndio criminoso, onde já localizaram os indivíduos que vão ser presos esta semana. No dia seguinte a Secretaria da Educação estava lá fazendo o orçamento, começando as obras emergenciais, até as placas estão lá. Vi agora, no domingo, que eu estive lá, fazendo a obra, R\$ 169 mil em recursos para a reforma da biblioteca e três salas de aula, que realmente pegaram fogo. Mas foi um incêndio criminoso. Não foi incêndio de falta de manutenção, porque no ano passado entregamos cinco salas de aula novas nesse colégio. São mais R\$ 369 mil que estão indo para lá, á autorizado pelo Governador, na mesma escola, para ampliação de mais seis salas de aula.

Por isso, quem fala o que não sabe, tem que ouvir besteira! Só em Ortigueira, mais ainda 1 milhão 930 para a escola nova da Libertação Camponesa, 860 mil para a Aldeia Indígena de Mococa, que também é dentro de Ortigueira, 530 mil para a Aldeia Guararapes, dentro de Ortigueira. Isto estou falando de Ortigueira, 3 milhões e meio só na área de ampliações e reformas, mais duas áreas cobertas que conquistamos para a Cidade.

Por isso, se utilizar de uma obra que realmente pegou fogo, eu estive lá, não sei se o Deputado Lemos esteve lá, mas eu estive, fui junto com os professores, com a diretora do colégio. E hoje temos a liberação de toda a reforma e ampliação. E que a outra reforma vai iniciar até o final do mês de novembro.

Ficamos aqui preocupados com as ações do Governo. Mas não podemos enganar quem está nos vendo do outro lado. Por isso, reitero, independente da cor partidária, vamos trazer a verdade a essa tribuna.

Parabenizo o Deputado Romanelli, e mesmo com essa falta de informação queremos trazer a informação ao

Deputado Lemos, porque lá tem Deputado. Eu trabalho lá todos os dias que for necessário e busco do Governo o que existe de recursos a serem investidos.

Vamos inaugurar daqui a 30 dias uma Biblioteca Cidadã, faltando apenas os equipamentos. São 400 mil de investimentos na Cidade. Já temos a liberação de cinco ônibus novos que já entreguei lá, vamos liberar agora a pavimentação e infraestrutura, foram liberadas três máquinas novas, duas patrulas e duas pás carregadeiras, três caminhões novos financiados pelo Governo do Estado.

Por isso, quando falar de Ortigueira, ou de algum Município que trabalhamos, me sinto ofendido. Se fosse de alguma Cidade que eu não tivesse contato, não tivesse conhecimento, aí eu poderia buscar informação. Mas vou a fundo, quero saber o porquê dessa crítica ao Governo, sem informação. Porque é um Deputado vinculado ao Governo, um Deputado que está dentro da capa de proteção do Partido Trabalhista.

Estamos realmente sentindo, eu não, os professores do Paraná, que estão tendo o maior respeito da história de um Governador do Paraná. Tivemos um aumento de R\$ 1 bilhão por ano, na Educação, nos últimos três anos. Todas as Cidades estão tendo obras. Temos 280 quadras em construção, mais 160 em licitação, 100 colégios novos, que vão ser construídos em parceria, com os Municípios. São quase 6 bilhões de obras na Educação.

Fico indignado! Pode se falar de outra área, Deputado Caíto, mas área da Educação! Os professores querem sair em campanha para o Governador Requião. Os professores de outros Estados têm vindo aqui no Paraná buscar informações, como nós fizemos isso na Assembleia.

O PCCS - Plano de Cargos, Carreira e Salários, que foi montado em parceria com os professores, todo os projetos do salário educação direcionados, licitações todos os dias, obras, ações eficientes, 15 colégios, do modelo do Colégio Estadual, vão ser construídos agora, inclusive em Ortigueira, R\$ 6 milhões vai custar esse colégio. Só esse colégio.

Por isso essa tensão que penso, realmente, a todos que estão, não só preocupados com a Educação do Paraná, mas com as informações corretas.

Não venho a esta tribuna brincar. Gosto de trazer as coisas pontuais. Por isso quero agradecer ao Deputado Stephanes Júnior, que estava conosco hoje pela manhã, com o Presidente do Tribunal de Contas, e amanhã vamos estar com o Ministro Paulo Bernardo na reunião com 30 Prefeitos de várias regiões do Estado. Inclusive estava a Prefeita de Nova Tebas, para tratar de um assunto pertinente ao que aconteceu em novembro do ano passado.

O Presidente Lula, por decreto, autorizou que a primeira parcela do FPM do ano 2009 fosse contabilizada, SIM-AM - Sistema de Informação do Município, quanto as suas contas ao Tribunal de Contas que contabilizasse para o pagamento das suas despesas de 2008, para fechamento de suas contas.

Infelizmente, em 2009 tivemos perda de arrecadação por vários motivos, um deles, que sensivelmente balançou a arrecadação, é a questão do IPI, que dentro da carga do FPM da referência, de quase 20% da montagem do FPM, onde Prefeituras como Nova Tebas, citando com a presença dela, vão perder esse ano cerca de R\$ 400 mil.

Por isso estamos solicitando ao STM, não só ao nosso Ministro do Planejamento, o Paulo Bernardo, mas o Diretor-Superintendente do sistema, que faz a questão tributária nacional do repasse do FPM, que autorize, Deputado Jonas, que seja aprovada a possibilidade do STM aceitar que o primeiro momento das parcelas, do FPM e ICMS do dia 10 e do dia 15 de janeiro de 2010, sejam incluídas no SIM-AM de 2009, possibilitando um acréscimo de cerca de 8 a 10% a mais, para que os Prefeitos e Prefeitas possam aprovar as suas contas. Porque senão muitos Prefeitos vão extrapolar a questão do índice, dos seus funcionários, passando de 54%.

Por isso a vinda a este plenário, que estamos pedindo em requerimento que seja aprovado por esta Casa o apoio ao STM, o apoio ao Ministro Paulo Bernardo e o pedido ao Presidente da República, o nosso Presidente Lula que tanto respeitamos e que foi o Presidente que, sem sombra de dúvida, mais recursos liberou aos Municípios do Brasil, principalmente aos Municípios do Paraná.

Essa matemática que estamos fazendo, buscando entendimento entre obras, ações corretas e diretas aos Municípios, que vem de encontro a uma perda da arrecadação direcionada ao CIDE, e mais ainda, ao IPI. Só do Governo do Estado chega a casa de R\$ 830 milhões junto ao Fundo de Participação Estadual.

Matematicamente teríamos que cancelar centenas de obras, mas pela economicidade que foi feita neste período nos últimos 12 meses, prevendo que perderíamos arrecadação, remanejou recursos, está garantindo os 30% na Educação, está garantindo a construção, reforma e ampliação dos 40 hospitais, inclusive aproveito para citar a situação de Telêmaco Borba, onde estivemos e lá estão também construídos já 50% da base estrutural do hospital regional de Telêmaco Borba, um investimento da ordem de 23 milhões em ações civis e mais 12 milhões em equipamentos que serão comprados.

Por isso, toda vez que buscarmos informações e trouxermos a essa tribuna, números, ações reais, não apenas em defesa do Município, em defesa do Estado, mas em defesa desta Casa que perde credibilidade, que perde a noção do que podemos fazer em sintonia com a população, em sintonia com os Municípios, com os Prefeitos e Prefeitas, em sintonia com a necessidade absoluta que temos de apoio financeiro em nossas Cidades.

Guaratuba, que é uma Cidade que hoje está brilhando no Litoral, que foi recomposta toda a pavimentação da Cidade, está tendo investimento na área de Educação com o trabalho do Deputado Nelson Justus, que sabe muito bem o que está acontecendo lá. O Litoral do Paraná, que estamos buscando uma frente de trabalho direto na questão de Paranaguá, temos a previsão de 6 milhões de obras para Paranaguá.

São tantos Municípios que ficaríamos aqui nesta tribuna falando de obras, de ações, mas principalmente citando que Ortigueira foi citada aqui, é uma das Cidades mais humildes deste Estado, que tem um dos piores IDHs historicamente, que tem mais de 6 mil quilômetros de estradas. Conheço mais de 130 comunidades daquela Cidade, já estive em todas elas e sei cada obra, cada movimento nesses últimos 16 anos, tendo ou não o apoio do Prefeito.

Por isso, reitero aqui nesta Casa que estamos atentos a qualquer manifestação contra ou a favor do Governo, mas estamos atentos a falar principalmente a verdade.

Agradecendo ao Sr. Presidente, agradecendo o apoio desta Casa ao requerimento que vai passar em seguida, mas deixando claro que vamos deixar sempre as informações transparentes nesta tribuna ou em qualquer lugar que estejamos.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Deputada Rosane Ferreira e do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 135/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que dispõe sobre a proibição da exigência da contratação de provedor para permitir o acesso à internet banda larga. **Aprovada. (Publ. no DA nº 031/09, de 07/04/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 487/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública o Instituto Vida - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 487/09 A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Vida IV - Desenvolvimento Humano Integral e Inclusão Social, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19/10/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/09, de autoria do Deputado Reni Pereira, que institui o Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/09, de autoria do Deputado Mario Roque, que declara de utilidade pública a Igreja Evangélica Cruzada Pentecostal Brasileira de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 066/09, que objetiva dar nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei nº 15878, de 09/07/08. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. (Publ. no DA nº 094/09, de 19/08/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 418/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, objetiva dar nova redação aos incisos I e II do artigo 3º da Lei nº 14077, de 04/07/03, alterados pela Lei nº 15878, de 09/07/08.

Em sua justificativa o autor sustenta que: *a presente medida visa escalonar a parcela variável do adicional de voo, a qual é parte integrante da remuneração dos servidores públicos que exercem atividades em aeronaves do Governo do Estado do Paraná.*

Diz ainda, *que o escalonamento de valores dos adicionais de voo, ora proposto, tem por foco a complexidade de aeronave que é pilotada por cada um dos servidores integrantes do Quadro de Agente de Ativação do Poder Executivo.*

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 19/10/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N 418/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 418/09, de autoria do Poder Executivo Estadual visa corrigir distorções e injustiças nos critérios de pagamento aos servidores que trabalham prestando serviços nas aeronaves de propriedades do Governo do Estado. Registre-se os riscos constantes que esses trabalhadores enfrentam no exercício de suas atividades profissionais, muitas vezes em razão das condições climáticas. Independente desse quesito, nada justifica a defasagem que os pilotos sofrem mês a mês em seus salários, injustiça que será sanada com a aprovação do presente, para o qual recomendamos sua aprovação, por não causar nenhum impacto financeiro.

Sala das Comissões, em 20/10/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Apenas para deixar registrado que somos favoráveis a este projeto, mas só para dizer, mais uma vez, a mensagem veio para a Casa e não veio acompanhada do impacto financeiro, que é uma exigência legal e que o Governo do Estado, repentinamente, não cumpre este dispositivo.

Vamos votar a favor, sei que o valor é insignificante, é pequeno, mas que sirva de alerta. Eu sei, com toda certeza, alguém do Governo neste momento está nos assistindo, e o próprio Líder do Governo que informe ao Governo, às mais diversas Secretarias, à Secretária do Planejamento, quando vem uma mensagem aqui para a Assembleia Legislativa que mexe com valores, que envolve a questão financeira, isto tem que

ser acompanhado pelo impacto financeiro. Vamos aprovar isto aqui porque o valor é pequeno, mas que sirva de alerta para o Governo do Estado para que não mande mais mensagens sem o acompanhamento do impacto financeiro.

A própria Comissão de Finanças tem aprovado, foi relevado até pela importância do valor. Mas, independente, se o valor é alto ou se é pequeno, tem que vir acompanhada de impacto financeiro. Não é possível que o Governo continue descumprindo a própria legislação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Vou votar contrário, depois do pronunciamento do Deputado Elio Rusch. Acho que lei não é para 1 milhão e nem para 10 mil. É para cumprir. Não existe proteção a 10 ou a 1 milhão. Vou votar contra, porque se o Deputado Elio Rusch está dizendo que não está cumprindo a lei, e nós fazemos lei, não posso votar a favor do projeto que não está acompanhando do que determina a lei.

Então, depois do pronunciamento do Deputado Elio Rusch, vou votar contrário, porque senão estamos cumprindo a lei, estamos fazendo o quê, aqui?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Também voto contrário.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Voto contrário, também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Estamos votando a constitucionalidade. Este projeto vai à CCJ e lá, sim, quero entender que é o momento para que na CCJ...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, já passou por lá, Sr. Presidente. Sugiro à V. Exa. que retire da Ordem do Dia este projeto. É melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem razão. Já tem parecer da CCJ e da Comissão de Finanças.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Jonas Guimarães, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só uma questão de ordem. Esse Projeto nº 418/09 teve o parecer favorável da Comissão de Finanças, a qual presido, com o impacto financeiro conforme está no texto. Evidentemente não cabe o questionamento do Deputado Elio Rusch, considerando que não há impacto financeiro.

Ele foi analisado, teve o parecer favorável do Deputado Belinati, que foi o relator, e no projeto consta devidamente o impacto financeiro, conforme está anexo na Ordem do Dia.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, queria justificar o voto, inclusive para dizer que na mensagem, nos últimos parágrafos, está muito claro que o impacto é de R\$ 8 mil e poucos. Está dito e assinado pelo Governador na sequência.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi pedida a verificação de votação, procedeu-se a chamada nominal e pedimos a votação no painel. Se não houver 28 Deputados eu encerro a Sessão.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Por orientação de V. Exa. tive a honra, também a pedido do Deputado Strapasson, de emitir um parecer nesse projeto para corrigir uma injustiça de muitos anos com os pilotos que trabalham para o Governo do Estado do Paraná. O projeto é muito importante e não devemos protelar, porque há muitos anos eles aguardam a correção dessa grande injustiça que vêm sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O que fazemos agora é a verificação de votação.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Mas destacar que o nosso voto foi para a aprovação do projeto.

O SR. PROFESSOR LEMOS (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para, já previamente, dizer que se não tiver quórum e que eu não possa dar as explicações devidas, tanto ao Deputado Romanelli quanto ao Deputado Kielse, já quero previamente ficar inscrito para segunda-feira, porque não falamos mentira aqui, porque todos os dados são comprovados.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, não cabe a questão de ordem.

Vamos proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados favoráveis votam com a expressão SIM, e os Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

São um NÃO e 19 SIM. No total há 21 Srs. Deputados.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 5174, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 5175, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Já inscrito nas Explicações Pessoais o Deputado Professor Lemos, na Sessão de segunda-feira.

Queria lembrar apenas aos Srs. Deputados que no salão nobre estamos recebendo o Sr. Orlando Azevedo, que está lançando o seu livro Expedição Coração do Brasil. Convido todos os Srs. e as Sras. Deputadas para prestigiarem o lançamento desse livro.

De igual maneira, amanhã, às 11h, no plenarinho, a Sessão Solene em comemoração aos 120 Anos da Imigração Judaica no Paraná.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, apenas para que não haja nenhuma dúvida, não temos quórum para votação, mas teríamos quórum para a continuidade da Sessão. Eu sei que o Deputado Lemos já fez antecipadamente uma solicitação, não uma questão de ordem, mas uma solicitação a V. Exa. para que aquiesça, e na segunda-feira possamos ouvi-lo. Mas apenas para deixar claro que não há nenhum tipo de prevenção. Obviamente que o Deputado Lemos poderia falar agora, porque a Sessão pode continuar, não para votação, mas para Explicações Pessoais pode, com 10 Deputados, podemos continuar a Sessão, mas acho que houve essa solicitação, então vamos ouvi-lo na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Até porque imaginamos que os ânimos estarão mais serenados, sem dúvida nenhuma.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Obrigado, Sr. Presidente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/09.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 371, 508 e 517/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 167, 287, 390, 442 e 554/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissões****Indústria, Comércio e Turismo**

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, sob a presidência do Srs. Deputado Fernando Scanavaca e com a presença dos Srs. Deputados: Luiz Fernandes Litro, Pedro Ivo, Osmar Bertoldi e Reni Pereira. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de lei nº 361/09, de autoria do Deputado Mario Roque. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Fernandes Litro - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 298/09, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente pelos Deputados presentes e por mim, Flávia Baltazar, secretária desta comissão.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
Flávia Baltazar - Secretária

Publicações Administrativas:**Balancete Financeiro****Setembro**

OFÍCIO Nº 010/2009

Curitiba, 08/10/09.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de SETEMBRO/2009, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SR.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Setembro	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/09/2009
MÊS: Setembro	Exercício: 2009	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	23.800.000,00	214.800.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	23.800.000,00	214.800.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	800.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	800.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	23.800.000,00	215.600.000,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	220.061,15	2.076.381,39
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	220.061,15	2.076.381,39
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	220.061,15	2.076.381,39
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	30.527.017,02	11.644.500,69
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	30.527.017,02	11.644.500,69
TOTAL	54.547.078,17	229.320.882,08

BALANCETE FINANCEIRO MÊS: Setembro ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Setembro Exercício: 2009	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/09/2009
--	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	24.159.616,51	196.046.870,75
Pessoal e Encargos Sociais	20.294.731,64	167.556.327,53
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.864.884,87	28.490.543,22
DESPESAS DE CAPITAL	75.596,00	739.158,72
Investimentos	75.596,00	739.158,72

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	24.235.212,51	196.786.029,47
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	517,00	1.649.907,67
Pagamentos	517,00	1.649.907,67
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	573.596,28
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	573.596,28
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	517,00	2.223.503,95
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	30.311.348,66	30.311.348,66
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	30.311.348,66	30.311.348,66
TOTAL	54.547.078,17	229.320.882,08

(aa) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico

JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

